



ISSN: 2525-5242

REVISTA PAISAGENS & GEOGRAFIAS

Landscapes & Geographies Journal



A PRIMEIRA VEREADORA NEGRA DE CAMPINA GRANDE-PB: ANÁLISES E PERSPECTIVAS DESCOLONIAIS

Thaís Nadja LOPES DE LIMA¹

¹ Graduanda do curso de Geografia/ CH/ UFCG. E-mail: nadjathaislima@gmail.com

RESUMO

A cidade de Campina Grande–PB elegeu em 2020, Jô Oliveira, a primeira vereadora negra, fato esse que contribui na luta feminista e antirracista. Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise através dos conceitos de a ideia de raça, colonialidade do poder, do saber, do ser, da natureza e modernidade, além de abordar as questões descoloniais presentes no contexto da globalização. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e estudos na disciplina de Espaços de Descolonialidade e Emancipação. Constatou-se que as lideranças políticas da cidade têm um histórico de conservadorismo político e hierarquias que vão se revezando no poder ao longo dos tempos, e isso implica no controle dos cargos públicos pelas elites e em uma representação política menos democrática, portanto, se faz necessário repensar e transformar esses modelos políticos já ultrapassados e propiciar a afirmação, protagonismo e ocupação em cargos públicos das classes minoritárias, subalternizadas e excluídas.

Palavras-Chave: Eleições; Colonialidade; Representação política; Descolonialidade

ABSTRACT

The municipality of Campina Grande, state of Paraíba, elected Jô Oliveira as first woman of color as councilor in 2020, a fact that contributes towards feminist and antiracist struggle. Thus, the present work aimed to analyze the concepts of race, of coloniality of power, of knowledge, of being and of nature of modernity as well as addressing decolonial issues present in the context of globalization. For this purpose, a bibliographic research was carried out and studies upon the discipline of Spaces for Decoloniality and Emancipation were made. It was noted that political leaders in the city have a history of political conservatism and hierarchy, who are alternating in power over time, thus implying the control of public positions by elites and contributing to a less democratic political representation. In this way, it is necessary to rethink and transform these political outdated models, boosting statement, empowerment and occupation by minority, subordinate and rejected classes in public positions.

Keywords: Elections; Coloniality; Political representation; Decoloniality

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a eleição da primeira vereadora negra da cidade de Campina Grande-PB, através dos conceitos de raça, colonialidade e modernidade, aborda questões descoloniais que surgem e demandam atenção na atualidade, investiga e busca fazer relações entre hierarquias familiares e o controle das representações políticas na cidade.

Esse tema foi escolhido pela sua relevância nos assuntos descoloniais, para atender os critérios da atividade proposta na disciplina de Espaços de Descolonialidade e Emancipação, que solicitou a produção de um ensaio crítico, sobre algum fato ou situação que tenha materialidade espacial e se relacione com os conteúdos expostos nas aulas.

No primeiro tópico deste ensaio, busquei expor, de modo simples, os conceitos de raça trabalhados por Aníbal Quijano (2000), que mostra a existência de um padrão de poder marcado pela classificação racial das sociedades, a qual foi utilizada como argumento para a dominação dos povos. Ainda abordarei os temas da colonialidade do poder, do saber, do ser, da natureza, que estão entrelaçados e se relacionam diretamente com a modernidade revelando a sua dicotomia.

O segundo tópico tratará de alguns aspectos ligados à descolonialidade, por meio da reflexão de problemas da globalização, frutos da colonialidade, com exemplos práticos e atuais no Brasil, e de que maneira esses desafios descoloniais podem caminhar rumo às transformações.

Por último, o terceiro tópico tem o intuito de analisar a eleição da vereadora Jô Oliveira, a primeira vereadora negra de Campina Grande-PB, onde abordarei o tema da representação política e as hierarquias, os avanços ocorridos na última eleição de 2020, e o que isso representa nas ações descoloniais.

2. A IDEIA DE RAÇA, COLONIALIDADE E MODERNIDADE

Para desenvolver esse tópico é preciso primeiramente analisar e debater as questões referentes às ideias de raça, colonialidade e modernidade. Entre os autores que abordam esses temas, Quijano (2000) descreve de forma detalhada o cerne desses conceitos, que são de suma importância para as discussões que este ensaio pretende fazer.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram

estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2000, p. 117).

Diante disso, o trecho destacado revela que a classificação racial foi um dos fatores para perpetuação do padrão de colonialidade, originado na América e espalhado mundo afora. Essa compreensão serviu como ferramenta para validar a dominação e exploração dos povos originários e posteriormente dos recursos naturais, dentro da lógica capitalista.

Cabe ressaltar que a colonialidade opera em quatro aspectos: do poder, do saber, do ser e da natureza. A colonialidade do poder se configura como o padrão de dominação global segundo Quijano (2000), e se disfarça de modernidade, pois a conquista da América como um processo símbolo de avanço e desenvolvimento acabou propiciando a organização de um sistema de dominação cultural e exploração social global que elaborou todas as formas de controle do trabalho e acumulação de capital por meio da escravidão. Com relação a colonialidade do saber, está ligada à vertente eurocêntrica do conhecimento moderno, na qual grande parte da produção desse conhecimento é imposto às demais sociedades como a maneira correta e confiável de se produzir, o modelo a ser seguido (LANDER, 2000). Porém, existem outros saberes, não científicos, de grande importância; outras versões, o ponto de vista do colonizado, por exemplo, que atualmente estão tendo mais visibilidade e enriquecendo os estudos decoloniais.

Já a colonialidade do ser está presente na inferiorização e desumanização dos povos colonizados, estruturando-se na hierarquia que divide e qualifica os sujeitos brancos europeus como civilizados, e os indígenas e negros como não civilizados. Por fim, a colonialidade da natureza, por sua vez, aborda a questão ecológica e como a colonialidade permeia a dimensão ambiental, possibilitando compreender de que forma a natureza é afetada, posto que, esta é vista como espaço subalterno passível de ser explorado ou modificado conforme às necessidades do regime de acumulação capitalista atual (ALIMONDA, 2011). Fica claro que esses quatro aspectos coloniais se entrelaçam, se disfarçam de modernidade e se propagaram através da globalização.

A modernidade se concretiza quando a Europa Latina passa a ser o centro da história mundial e em torno disso surgirem alguns efeitos como a propriedade privada, liberdade contratual e acumulação de capital. Dussel (2000) diz que

A Europa moderna, desde 1492, usará a conquista da América Latina (já que a América do Norte só entra no jogo no século XVII) como *trampolim* para tirar uma “vantagem comparativa” determinante com relação a suas antigas culturas antagônicas (turco-muçulmana, etc.). Sua superioridade será, em grande medida, fruto da acumulação de riqueza, conhecimentos, experiência, etc., que acumulará desde a conquista da América Latina (2000, p. 30 e 31).

Durante todo o período de colonização da América, a classificação social baseada na raça foi fator decisivo na distribuição dos papéis no sistema trabalhista, que escravizou povos africanos e indígenas, possibilitando que os europeus colonizadores entrassem no mercado mundial capitalista. O uso do trabalho escravo de populações advindas da África era bastante lucrativo, permitindo a acumulação de capital,

ocorria ainda o tráfico de escravos que foi outro componente essencial para a construção de uma rede mundial de comércio. Além de escravidão, também houve repressão a culturas ancestrais dos povos colonizados e imposição da cultura dominadora.

Dessa forma, a modernidade efetivada quando a Europa fez uso da conquista da América Latina como trunfo para obter vantagens econômicas e políticas tem dois lados, um é racional, desbravador, que conduz a humanidade rumo ao progresso. O outro é a justificativa de práticas irracionais de violência e injustiças, tornando-se assim, um mito civilizatório (DUSSEL, 1992), pois, por meio de uma civilização moderna eurocêntrica, que se auto intitula como superior e desenvolvida, entende que deve aplicar esse desenvolvimento em povos tidos como primitivos, não avançados. Quando ocorre a resistência desses povos recorre-se à violência, para eliminar os entraves, tornando as vítimas da barbárie culpadas, por não aderirem à modernidade, e os reais agressores tornam-se heróis propagando a civilização, inocentes de qualquer ato desumano. Césaire sintetiza bem quando diz que “la colonización no sólo *no* civiliza al colonizado sino que *desciviliza* al colonizador.” (CÉSAIRE, 2006, p.14).

É preciso desmistificar essa ideia de inocência para ultrapassar a “modernidade” e reconhecê-la como culpada, violenta e supremacista. E assim, poder construir um novo projeto de autonomia política, econômica, cultural e social, a partir da descolonização.

3. ASPECTOS DESCOLONIAIS

As questões que envolvem descolonialidade são pertinentes, pois, a colonialidade se propagou em escala global e revelou os problemas da globalização. Problemas do século XXI, como aponta Torres (2008), na forma de empobrecimento contínuo das populações racializadas, da invasão de seus territórios por um novo imperialismo que busca fazer das mesmas peças-chave no triunfo da expansão da lógica do capital no mundo.

Um exemplo disso aqui no Brasil foi a assinatura do presidente Jair Bolsonaro, em 5 de fevereiro de 2020, no projeto de lei 191/2020, que regulamenta a mineração e a geração de energia elétrica em terras indígenas. O projeto foi elaborado pelos ministérios da Justiça e Segurança Pública e de Minas e Energia e não houve participação das comunidades indígenas na construção da proposta. Vale lembrar que, a regulamentação do garimpo e de outras atividades extrativistas em terras indígenas é defendida por Bolsonaro desde o início do mandato.

Essas ações respaldam e estimulam o garimpo ilegal que já vem explorando terras indígenas, provocando devastação da vegetação, contaminando os rios por Mercúrio. O Jornal Nacional do dia 06/07/2020 exibiu a reportagem, na qual imagens de satélite revelam o avanço de garimpos ilegais em terras indígenas e unidades de conservação na Bacia do Rio Xingu, no Pará.

O Instituto Socioambiental mostrou que, em apenas um mês, a extração de minério destruiu uma área de floresta nativa do tamanho de 560 campos de futebol. A terra indígena mais atingida pertence ao

povo Kayapó. Comparando imagens de satélite de 2017 e 2020, vê-se o surgimento do garimpo em áreas até então intocadas e a expansão da retirada ilegal de minério em uma região bem próxima a uma das aldeias. Segundo o estudo, a destruição na Terra Indígena Kayapó acelerou muito nos últimos quatro anos. Somente nesse período, o desmatamento foi mais que o dobro do que foi registrado nos últimos 35 anos.

Os problemas sociais que também demandam atenção são o racismo estrutural, a violência contra a mulher, o controle dos corpos, o feminicídio, o genocídio da população indígena, a destruição dos biomas, o genocídio da população negra, a violência policial nas periferias, a intolerância religiosa, a homofobia e transfobia.

Esses e outros problemas fazem parte dos desafios descoloniais, que precisam ser discutidos, revistos e transformados urgentemente. Torres (2008) propõe o

Giro-descolonial, que se refere, em primeiro lugar, à percepção de que as formas modernas de poder produziram e ocultaram a criação de tecnologias de morte que afetam de forma diferenciada diferentes comunidades e sujeitos. Isso também se refere ao reconhecimento de que as formas coloniais de poder são múltiplas, e que tanto o conhecimento quanto a experiência vivida pelos sujeitos mais marcados pelo projeto de morte e desumanização modernos são altamente relevantes para a compreensão das formas modernas de poder e fornecer alternativas para eles (2008, p.66).

Um caminho para o referido giro-descolonial é a atitude questionadora e avaliadora diante das destruições coloniais que permeiam a atualidade, além do protagonismo, afirmação e ocupação de mais cargos políticos por populações e grupos sociais subalternizados, prejudicados ao longo da história, que merecerem a devida reparação e que seus anseios e direitos sejam concretizados de forma plena e humanizada.

4. PROTAGONISMO, AFIRMAÇÃO E OCUPAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Na perspectiva de protagonismo, afirmação e ocupação de cargos públicos, as eleições de 2020 representam um marco na ascensão da diversidade política no contexto mundial. Os Estados Unidos, por exemplo, elegeram a senadora Kamala Harris, que se torna a primeira mulher e a primeira negra a ocupar a vice-presidência, muitos anos depois de as mulheres conquistarem o direito ao voto.

Com relação às lideranças políticas, Campina Grande tem um histórico de conservadorismo político e hierarquias que vão se revezando no poder ao longo da história. Há aproximadamente três décadas a cidade vem sendo representada por herdeiros que constituíram desde 1930 as oligarquias no Estado. A família Cunha Lima se apresenta como uma das mais poderosas do estado, em termos de inserção na política e ocupação de cargos públicos. Esse perfil de parentesco e representação política também está presente na família Vital do Rêgo, Ribeiro, Maranhão, Gadelha e outras (MONTEIRO, 2016).

Fazendo uma análise, é possível perceber que essa estrutura de poder possibilitou o acúmulo de riquezas, desigualdades nas eleições e diferenças de renda entre candidatos e eleitores, Monteiro (2016) explica que

Estas famílias controlam historicamente os melhores empregos do Estado e da região que atuam, bem como estão em cargos eletivos e de representação política que vão desde o local ao nacional nos quais os “privilégios” se tornam regras e não exceções. O patrimônio político e familiar herdado por estes agentes tornam-se, no contexto da “segunda República”, como algo fundante de processos de desigualdades. São famílias inteiras, praticamente, que possuem os salários mais elevados nas regiões. Estes conquistados, quase sempre, pelo acesso que lhes são permitidos ao Estado pelo capital-político familiar e pelo expressivo volume de capital econômico (2016, p. 573).

Portanto, existe um controle nos cargos públicos por estas famílias, fortalecendo uma sociedade capitalista que busca favorecer seus próprios interesses e das elites. Conseqüentemente, surge a problemática que envolve a democratização dos espaços de representação política, porque a associação entre parentesco e representação é lucrativo para as empresas que financiam as campanhas (MONTEIRO, 2016), se torna um desafio lutar contra esse sistema já tão enraizado na política.

Mesmo com tantos entraves se faz necessário rever essa lógica, herança colonial, que muitas vezes ignora a diversidade, os reais problemas e as lutas da população não só na cidade de Campina Grande, mas no mundo inteiro, como Acosta (2015) diz

O mundo precisa de mudanças profundas, radicais. Urge superar as visões simplistas que transformaram o economicismo em eixo da sociedade. Necessitamos outras formas de organização social e novas práticas políticas. Para obtê-las, é imprescindível despertar a criatividade e consolidar o compromisso com a vida, para não nos convertermos em meros aplicadores de procedimentos e receitas caducas (2015, p. 20).

Essas transformações compõem uma ação descolonial, em busca de um mundo mais democrático, justo e com garantias de dignidade para todos. Aqui no Brasil, apesar dos espaços de poder ainda serem dominados majoritariamente por homens mais velhos, ricos, brancos e heterossexuais, as eleições municipais de 2020 deram uma sacudida nesse sistema historicamente excludente. Em diferentes partes do país, pessoas transexuais, mulheres negras, indígenas e quilombolas conquistaram vitórias sem precedentes em Câmara de Vereadores e até o comando de prefeituras municipais, incluindo votações muito expressivas, contribuindo na diversidade das lideranças políticas, como mostra a matéria do Brasil de Fato na data de 19/11/2020.

Esses avanços da luta feminista e antirracista também se concretizaram na cidade de Campina Grande-PB, que elegeu a primeira vereadora negra da história, sendo a sexta candidata mais bem votada no pleito municipal, com 3.050 votos. Além dela, outras seis mulheres entraram na lista dos 23 vereadores da Câmara Municipal de Campina Grande, e conseguiram formar a maior bancada feminina da história do município.

A primeira vereadora negra de Campina Grande é Josilene Maria de Oliveira, conhecida como Jô Oliveira, vinda do movimento estudantil, agora eleita pelo PCdoB, eleita aos 39 anos, Jô é natural de Campina Grande, mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba, e filha de uma trabalhadora doméstica aposentada.

De acordo com a matéria do G1 Paraíba do dia 17/11/2020, a ideia de se candidatar como um nome alternativo surgiu em 2015. No ano seguinte, foi candidata pela primeira vez e conquistou 1.544 votos, tendo ficado na primeira suplência, embora sem assumir o mandato em nenhum momento ao longo dos quatro anos. Em 2020, com uma campanha mais robusta, tendo utilizado um pouco do fundo partidário e angariando dinheiro via “vaquinha”, a candidata obteve duas vezes mais votos. Por ocasião da campanha, prometeu votar favoravelmente aos projetos que forem considerados significativos e de interesse da coletividade e pretende realizar um mandato plural, sem centrar numa única pauta, mas propondo um debate sobre mulheres, questões raciais, cultura, saúde pública, cidade segura, entre outras questões.

Decorridos quase dois anos de mandato, a vereadora apresentou mais de 700 proposições, entre emendas orçamentárias, pedidos de informação, requerimentos e projetos de lei, de acordo com os dados da Câmara Municipal de Campina Grande foram apresentados 53 projetos de lei, 322 requerimentos, 13 emendas, 79 emendas orçamentárias, 42 pedidos de informação, 8 projetos de resolução e 8 indicações no ano de 2021. Executando um mandato marcante, produtivo e com projetos bem fundamentados, cabe destacar alguns projetos importantes como o da “Criação do mapa da violência contra mulheres na Cidade de Grande-PB”, a “Criação do programa de enfrentamento a pobreza menstrual”, o sobre a “Criação do programa de horta comunitária e apoio à agricultura familiar urbana sustentável no município de Campina Grande”, e o que inclui um “Dia Municipal de Luta Contra a Gordofobia”.

O mandato de Jô está em constante diálogo com os movimentos sociais para elaboração desses projetos, trazendo como principais bandeiras de luta a defesa dos direitos das juventudes e das mulheres, do direito à terra e à agricultura familiar. Além disso, defende as políticas públicas essenciais ligadas a saúde, educação e assistência social. Outra importante ação do mandato divulgada em seu site, é o evento “1 Semana de Desenvolvimento Celso Furtado” que tem o intuito prestar homenagem ao economista e intelectual paraibano, Celso Furtado, bem como promover um diálogo entre o parlamento e diversos atores do município, discutindo alternativas para um novo ciclo de desenvolvimento em prol de gerar justiça social e ambiental, articulando o potencial tecnológico e inovador de Campina Grande.

Desse modo, a eleição de Jô Oliveira é um marco positivo, esperançoso, inspirador, uma oportunidade de construção das melhorias, e parte importante na emancipação, alteridade e representatividade na luta por igualdades de direitos tanto no feminismo quanto na questão racial.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi realizar uma análise da eleição de Jô Oliveira, a primeira vereadora negra de Campina Grande-PB, a partir dos conceitos da ideia de raça, colonialidade do poder, do ser, do saber, da natureza e modernidade, discorrendo sobre as questões descoloniais, democratização das representações políticas, o protagonismo das populações subalternizadas que lutam por mais representatividade e para que os seus direitos sejam respeitados e concretizados de fato.

Foi possível perceber o enraizamento das famílias tradicionais no controle dos cargos políticos, e como essas estruturas de poder privilegiam e operam em favor das classes dominantes, isso põe em descrédito a já deteriorada e sofrida democracia brasileira, portanto, é de suma importância que classes minoritárias tenham mais representantes nos espaços e cargos públicos, na tentativa de equiparação e também porque sabem os verdadeiros desejos, necessidades de seus semelhantes e podem então ajudar a criar e promover novas políticas públicas que atendam essas demandas.

6. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem viver**. Quito, Editora Elefante, 2015.

ALIMONDA, Héctor (org.). **La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina**, Buenos Aires, CLACSO, 2011.

CALDAS, Phelipe, Vinda do movimento estudantil, Jô Oliveira é a primeira negra eleita vereadora de Campina Grande, **G1 Paraíba**, Campina Grande, 17 de nov. 2020. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/11/17/vinda-do-movimento-estudantil-jo-oliveira-e-a-primeira-negra-eleita-vereadora-de-campina-grande.ghtml>, acesso em 21 de nov. 2020, 12:27.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid, Ediciones Akal. 2006.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. Caracas, 2000.

LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto". In: CASTRO-GÓMEZ Santiago; GROSFUGUÉL Ramón (orgs.). **El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana – Siglo del Hombre, 2007, p. 127-67.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A descolonização e o giro-descolonial**. Tabula Rasa. Bogotá - Colômbia, n.9, 2008.

MONTEIRO, José Marciano, **Parentesco e representação política: a força do**

capital político familiar na 54ª legislatura no congresso nacional. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v.2, n.2, maio 2016. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/nep/article/download/47008/28200>, acesso em 28 de nov. 2020, 21:02.

Câmara Municipal de Campina Grande. Proposições da vereadora Jô Oliveira. 1 de jan. 2021. Disponível em: <https://www.camaracg.pb.gov.br/jo-oliveira/>, acesso em 22 de out. 2022, 14:20.

I Semana de Desenvolvimento Celso Furtado. Site da vereadora Jô Oliveira. Disponível em: <https://www.jooliveira.com.br/midias/noticias/i-semana-de-desenvolvimento-celso-furtado>, acesso em 20 de out. 2022, 12:34.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Carracas, 2000.

VILLELA, Fabiano, Imagens de satélite revelam o avanço de garimpos ilegais em terras indígenas, **Jornal Nacional**, Belém, 06 de junho 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/06/imagens-de-satelite-revelam-o-avanco-de-garimpos-ilegais-em-terras-indigenas.ghtml>, acesso em 01 de dez. 2020, 14:39.

VILELA, Pedro Rafael, Eleição 2020 marca ascensão da diversidade na vida política do país, **Brasil de Fato**, Brasília, 19 de nov. 2020, Política. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/19/eleicao-2020-marca-ascensao-da-diversidade-na-vida-politica-do-pais>, acesso em 02 de dez. 2020, 20:08.